

Trabalho apresentado no 26º CBCENF

Título: A POLÍTICA DE SAÚDE PARA PESSOAS TRANS: ENFERMAGEM NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS INCLUSIVAS

Relatoria: Thaynná Martins Batista

Autores: Lusineide Carmo Andrade de Lacerda

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Eixo 2: Ética, política e o poder econômico do cuidado

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: As pessoas transexuais, que não se identificam com o seu sexo biológico e as subsequentes atribuições socioculturais binárias masculino e feminino, fazem parte da comunidade LGTBQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais). Por serem minorias, essas pessoas enfrentam barreiras na sociedade e nos serviços de saúde aumentando assim, a vulnerabilidade em saúde. Objetivo: Analisar as Políticas de Saúde para pessoas trans e o papel da enfermagem na sua implementação. Método: Estudo descritivo de revisão narrativa de literatura, elaborado a partir da análise de artigos científicos, publicações oficiais e diretrizes de saúde pública. Resultados: É por meio das Políticas Públicas que são garantido os direitos à saúde previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988 e com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, em relação à população em questão, existe a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT) além de portarias para o Processo Transexualizador (PT) e Atenção Integral à Saúde da População Trans que visam a diminuição das vulnerabilidades para que as demandas de saúde possam ser alcançadas. A falta de qualificação dos profissionais de saúde para atender às demandas específicas e às necessidades das pessoas trans é uma realidade preocupante, resultando em situações de exclusão, discriminação e até violência dentro dos serviços de saúde. Por outro lado, as pessoas trans também enfrentam desafios, como a insegurança em expor sua orientação e identidade, além de se sentirem deslocadas e não pertencentes aos serviços de saúde. Considerações Finais: É evidente a urgência de capacitar e sensibilizar os profissionais de saúde para garantir um atendimento mais inclusivo e acolhedor para a população LGTBQIAPN+, sobretudo há uma necessidade de qualificações e discussões com enfoque em pessoas trans durante a graduação e na Educação Permanente. A enfermagem exerce uma função crucial no cumprimento das Políticas Públicas existentes e na implementação de novas, de forma que a vulnerabilidade e discriminação vivenciadas possam ser reduzidas e a equidade possa ser alcançada, afinal essa é a profissão que mais tem contato com os usuários e suas vivências. Portanto, urge a necessidade da criação de medidas para a melhoria da saúde e de seus determinantes sociais.